

**MEMÓRIAS DO
MOVIMENTO
INDÍGENA DO
NORDESTE**

ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS

Apresenta

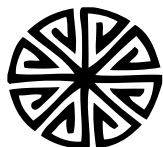
MEMÓRIAS DO MOVIMENTO INDÍGENA DO NORDESTE

(orgs) Gabriela Saraiva de Mello e Sebastián Gerlic

2015

Realização

Prêmio Memórias Brasileiras



THYDÊWÁ



ibram
instituto brasileiro de museus

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

A ONG Thydêwá agradece especialmente a todos os indígenas que protagonizaram este livro; o 23º título da coleção: Índios na Visão dos Índios.

Esta publicação é resultado da premiação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM - via o edital público “Memórias Brasileiras”, que viabilizou a impressão de 1.000 exemplares.

A realização desta obra é da ONG Thydêwá que promoveu a composição deste livro coletivo, através de um projeto coordenado por Sebastián Gerlic; e que contou com importante sinergismo como o Programa “Mensagens da Terra”; e o apoio artístico da OCA ABERTA e de DA TERRA PRODUÇÕES.

O título está dividido em dois grandes capítulos, que se complementam e se enriquecem mutuamente:

Memórias do Movimento Indígena do Nordeste; editado e organizado por Gabriela Saraiva de Mello e Sebastián Gerlic.

Percursos Cartográficos – Movimentos Indígenas no Nordeste; editado e organizado por Laila Thomaz Sandroni, Bruno Tarin e Jaborandy Tupinambá.

A direção artística e a finalização do livro é de Helder C. Jr.

Na capa do “Memórias” temos a tinta analógica da Rita - Irãny Tupinambá e a tinta digital do Helder.

Colaboraram também nos processos:

Potyra Tê Tupinambá, Nynhã Gwarini Tupinambá e Amatiry Tupinambá. Maria Pankararu e Fernanda Martins.

Uma versão gratuita está disponível em: www.thydewa.org/downloads

E brincadeiras da socialização do livro em: www.facebook.com/memoriasindigenas

Quem quiser usar conteúdo deste livro, com fins educacionais, através de trechos, ou copiá-lo na sua íntegra, sintá-se à vontade! Aproveite ao máximo sua criatividade e some na valorização das culturas indígenas.

Se fizer uso do conteúdo deste livro, você deverá manter esta mesma licença. Lembre-se de citar o nome completo do livro e dar os créditos ao/à autor/a. Compartilhe conosco a sua versão! Ficaremos felizes de conhecer o resultado do seu trabalho.

Para qualquer atividade com fins comerciais, você deverá fazer uma solicitação prévia através do email: contatos@thydewa.org

Não permitimos nenhum tipo de uso para empresas que desrespeitam a Mãe Natureza.

ISBN: 978-85-901957-6-4



Deste lado do livro, através de uma chamada no vento,
as vozes indígenas lançam mensagens para refletirmos sobre o

MOVIMENTO INDÍGENA DO NORDESTE.

As **MEMÓRIAS** são a esperança do futuro.

A palavra indígena sempre existiu	Graça Grauna (Potiguara/RN)	4
Outra visão da história	Luciano Pankararu (PE)	6
Íati-Iha (nossa casa)	Maike Witxô Fulni-ô (PE)	8
Tupinambá: Uma memória de lutas	Katu Tupinambá (BA)	12
Rapadura Vermelha	Nhenety Kariri-Xocó (AL)	14
Na Canoa da União	Joel Braz Pataxó (BA)	16
Tupã é por nós!	Jendson Karapoto (AL)	18
Memórias que educam	Elisa Pankararu (PE)	19
O direito da terra	Marlene Xahey Pataxó (BA)	22
Memórias não se queimam!	Reginaldo Kanindé (CE)	24
(R)existências - resistências	Marleide Quixelô (CE)	26
Não às migalhas! Sim à terra!	João Pankararu (PE)	28
Amor sem matéria	Alexsandro Potiguara (RN)	30
A conquista da terra da Gia	Nilton Kanindé (CE)	32
Pés de Curupira	Ademário Ribeiro (Payayá/BA)	34
Educar com nossos valores	Mayá Pataxó Hãhãe (BA)	36

A PALAVRA INDÍGENA SEMPRE EXISTIU*

Entre os indígenas de várias partes do mundo, a palavra é um elemento sagrado. Na visão Guarani, por exemplo, a palavra tem alma. Palavra e identidade se confundem; palavra que passa de pai para filho, dos avós para os netos; palavra carregada de água, palavra vinda da terra, palavra aquecida pelo fogo, palavra tão necessária quanto o ar que se respira; palavra que atravessa o tempo,

Entre os Chiapas, a palavra indígena implica o grande desafio que é enfrentar as jornadas com bravura e alegria. [...] Não é à toa que esse modo de pensar fortalece também o Movimento Revolucionário Indígena, no México. Guiados pela força da palavra que sempre existiu, os Chiapas continuam vigilantes pelo caminho; em busca de democracia, igualdade e justiça e determinados em fortalecer os laços com a Mãe Terra.

Porque a palavra tem alma, guardo na memória o espanto de um pequeno grupo de alunos universitários diante de uma carta de autoria indígena. Foi no início da década de 80, na Universidade Federal de Pernambuco onde fiz (consciente dos meus direitos e deveres) praticamente tudo que foi possível a uma mulher indígena fazer: conquistar, em meio aos preconceitos, alguns diplomas no campo das Letras.

Recordo-me da dificuldade que foi enxergar as letras borradas e meio apagadas de uma carta indígena mimeografada que conseguíamos “xerocopiar”. Fomos tocados pelo espírito de bravura; pelo menos, foi o que um pequeno grupo de tímidos universitários conseguiu intuir da carta mimeografada do Chefe Seattle. Sua carta ganhou o mundo e alimentou outros textos; a palavra indígena se multiplicou e se multiplica; assim, como acontece com as boas sementes. Porque as boas palavras vencem o tempo, guardo na memória os ensinamentos desse Chefe; suas palavras muitas vezes alimentaram as minhas conversas com o meu pai, sempre que voltávamos do roçado, cada um com um feixe de lenha na cabeça, no interior de Pernambuco.

Na década de 80, outros textos de autoria indígena marcaram a minha passagem de estudante universitária; em uma carta de Daniel Cabixi, me reconheci indígena e excluída na cidade grande; na luta para sobreviver entre dois mundos. Busquei também nessa escrita o norte para trilhar o caminho da poesia, dos ensaios; alimentar o diálogo com estudantes, falar de esperança com os filhos e seguir a canção da vida. Na mesma época, tive a oportunidade de ouvir (de bem pertinho mesmo, como se diz no Nordeste) a história do Movimento Indígena no Brasil, contada em viva voz pelo líder Marcos Terena.

No início da década de 90, quase não havia notícias de publicações de autoria indígena. Predominava a voz do outro, não a voz nativa. Nessa época, dediquei-me ao estudo de lendas e mitos indígenas em obras destinadas ao chamado público infantil e juvenil; obras de autores

Batik: Brasília Morena (Potiguara)

brasileiros não indígenas, que revelassem em seus textos uma visão mais condizente com a realidade indígena.

Preocupada com as frentes de expansão que tendem a mutilar a memória dos povos indígenas, retornei ao meio acadêmico no final da década de 90 a fim de compartilhar as inquietações acerca de literatura e direitos humanos; especificamente, refletir o direito à literatura indígena. Nesse período, encontrei uma publicação que atraiu a minha curiosidade pelo texto provocador, na medida em que o próprio autor se expôs ao lembrar alguns casos que ocorreram com ele ao chegar em São Paulo. Refiro-me ao livro “Coisas de índio”, do parente Daniel Munduruku, publicado pela Companhia das Letrinhas; essa obra me aproximou das histórias contadas e escritas por Yaguarê Yamã (Saterê Maué), Olivio Jekupé (Guarani) e Renê Kithãulu (Nambikuara). Daí, fui catando outros textos de autoria indígena em livrarias, sebos, feiras, Internet, encontros literários e indígenas. Nesse percurso, conheci a poesia de Eliane Potiguara; tempos depois, recebi dela o convite para fazer a apresentação da sua obra “Metade cara, metade máscara”, publicada pela Editora Global.

Em dezembro de 2002, quando escrevi o livro “Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil”, as notícias em torno dos povos indígenas mostram que o Movimento Indígena no Brasil cresceu em vários aspectos, apesar dos índices alarmantes de violência.

Em 2011, na Universidade Metodista de São Paulo, tive a oportunidade de aprofundar os estudos literários quanto aos usos da lei 11645/08, do ponto de vista indígena.

- No censo demográfico do IBGE, em 2010, a população indígena é de 896,9 mil. Existem 305 etnias e 274 idiomas. No Nordeste, 208.691 mil indígenas; no Brasil, 315.180 sobrevivem nos grandes centros urbanos;
- Na educação: centenas de professores indígenas colaram grau. É crescente o número de especialistas, mestres e doutores em diferentes áreas;
- Na literatura: dezenas de encontros literários de abrangência nacional e internacional trazem repercussão ao crescente número de escritores e escritoras indígenas. A publicação de obras indígenas ultrapassa a casa de milhares de livros destinados em grande parte ao público infantil e juvenil brasileiro. Na década de 90, a busca por obras de autoria indígena correspondia a procurar por uma agulha no palheiro.

Os povos indígenas continuam sofrendo uma série de preconceitos. Apesar da intolerância, a luta continua. A busca deve ser incessante em torno da voz indígena, do ser indígena protagonista de sua própria história. Meu intuito com este trabalho foi e é ainda mostrar aos não indígenas o que os nossos sábios intuem desde sempre: que a nossa palavra indígena sempre existiu; existirá sempre.

Graça Graúna (povo Potiguara, RN)
grauna3@gmail.com

(*) Trecho extraído do meu livro: Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

Em minha formação escolar fui forçado a acreditar em uma versão da história sobre os povos indígenas do Brasil, onde vários nomes citados nela são vistos como nossos heróis. Conhecendo outra versão dessa história percebi uma realidade completamente diferente; é clara a intenção dos historiadores em esconder a realidade; que esses heróis foram nossos principais executores, “matadores de indígenas”. Percebo que a literatura imposta pela educação controladora é composta de mentiras idealizadas por não índios e assim forçam uma história distorcida da realidade.

Aprendi a me identificar como índio na minha infância, vendo líderes tais como o cacique João Binga e a Quitéria Binga incentivando a participação dos jovens em rituais e nos movimentos indígenas. Vejo o preconceito que os povos indígenas de Pernambuco sofrem por conta de não terem uma aparência semelhante a nossos irmãos do norte do Brasil pois na sociedade de hoje em dia, a ideia de índio é formada por caracterização e não por tradição.

A história dos índios de Pernambuco é marcada por preconceito da parte de pessoas mal informadas, que acham que o nordeste é apenas território de sertanejos, e desconhecem a história de nossos povos e de nossas lideranças que, por amor à causa indígena dedicaram a maior parte de suas vidas a defender seu povo, procurando fazer valer nossos direitos prescritos em nossa Constituição Federal, e com sua sabedoria organizam, sem burocracias, o comportamento pessoal e espiritual de seu povo.

Como não lembrar das várias lutas que os povos indígenas de Pernambuco travaram em toda sua existência? Não seria nem um exagero dizer que foram guerras de gerações. Nada é fácil para povos que além de se preocuparem com seus problemas internos de organização ainda têm que lutar contra pontos de vista diferentes de não indígenas que a evidente intenção é de nos prejudicar e pôr fim à nossa existência. Com certeza, ainda vamos ver muitas lutas e resistência contra um país que ainda não aprendeu a respeitar o ser humano que eles batizaram de índio com a intenção de homogeneizar povos de culturas e línguas diferentes. Os povos resistem com fé em um único Deus e em uma força iluminada, nossa Força Encantada. Daí tiramos a força necessária para vencer muitas lutas e obter muitas conquistas. Ainda existe muito o que reconquistar, pois não mudou muito algumas situações e problemas que aconteceram com a invasão de nossas terras a mais de 500 anos atrás. Os problemas ainda são evidentes e muito presentes na vida dos povos indígenas de todo o Brasil. O caminho para continuar avançando e reconquistando é fortalecer o movimento e nunca abaixar a cabeça pois a atitude de guerreiros bem intencionados pode e vai mudar a história desse país.

Luciano Henrique Pankararu
luciano.indiosonline@gmail.com



OUTRA VISÃO DA HISTÓRIA

ÍATI-LHA (NOSSA CASA):

A oportunidade que nos é dada sobre o nosso local de nascimento, deve ser encarada como uma experiência única e transformadora daquilo que somos. Pensando nisso, me sinto uma pessoa privilegiada ao nascer e crescer entre o meu povo, os Fulni-ô. Posso parecer um tanto vaidoso ao afirmar isso, mas acredito que no sentido que emprego essa vaidade ela é sadia. Aliás, deveríamos cultivar certas vaidades, quando elas nos afirmam e nos ajudam a ter orgulho da nossa cultura. Sinto-me um privilegiado pela família onde nasci e a educação familiar que recebi, pelo povo onde nasci e pelo ambiente cultural que me foi proporcionado, da terra onde cresci e de tudo aquilo que ela me ofereceu como aprendizado, enfim... Por muitas outras coisas que poderia ficar aqui citando como adjetivos que atribuo um grau qualitativo.

Entre as várias alegrias que tive na vida, conviver com determinadas pessoas que me cercaram desde a minha infância foi algo muito marcante e uma dessas pessoas era a minha bisavó. Lembro que em meados dos anos 90 estudava numa escola da aldeia que ficava perto da sua casa. Compartilho com o olhar e o peito cheio de satisfação com vocês a história que a minha bisavó me contava: como nos instalamos no lugar onde se encontra a atual aldeia sede.

Antes de começar a contar a história, gostaria de dizer o nome de algumas pessoas as quais são os responsáveis diretos pela história que tanto ouvi e pedia para a minha bisavó recontar, tantas e tantas vezes. O pai da minha bisavó: José Veríssimo, certamente o principal responsável para a nossa aldeia se localizar no atual espaço em que se encontra. A sua esposa, Maria das Dores, pela coragem de segui-lo sempre e aceitar as suas decisões, não de forma submissa mas, sim, pelo grau de confiança que os envolvia. Confiança, uma palavra pequena, porém, com uma força de unir e reunir um povo, talvez hoje esteja em desuso, mas isso não vem ao caso. A nossa concentração deve ser de que a palavra confiança foi um determinante para o povo Fulni-ô. Rita era a minha bisavó, carinhosamente chamada por netos, bisnetos e tataranetos por “vó Ritota.” Mulher secular, morreu com mais de cem anos. Tive a oportunidade de várias vezes tomarmos café e almoçarmos juntos, até mesmo porque a escola que frequentava ficava perto da sua casa, então, as minhas visitas à sua casa eram quase que diárias. Conservava uma memória admirável, onde várias lembranças se faziam presentes na sua cabeça de poucos cabelos brancos; a memória da sua infância e histórias aprendidas, todo esse acervo guardado embaixo daqueles cabelos de fios longos e pretos, ela gostava de compartilhar com todos os seus familiares, principalmente netos e bisnetos.

Lembro de quando a minha “vó Ritota” contava sobre as perseguições sofridas pelo nosso povo, perseguições praticadas pelos “coronéis” para expulsar o povo Fulni-ô do seu território. Por muito tempo, isso foi uma atividade praticada sem consequência nenhuma para o praticante, mas com várias consequências físicas e psicológicas para quem as sofria. Um período que, nas próprias palavras da minha bisavó, se resumia assim: “nessa época se caçava índio como se caça qualquer outro animal”. Isso é um relato de perseguição, sofrimento, luta pela vida e resistência étnica. Pois bem, o índio José Veríssimo (pai de vó Ritota) era um líder dentro do povo Fulni-ô, homem trabalhador e de muita honestidade. A aldeia Fulni-ô, antes, se localizava onde hoje se concentra boa parte da área comercial de Águas Belas. Suas casas todas de palhas eram renovadas constantemente. Quando as palhas das casas começavam a ficar “ralas” (precisava ser trocada a sua cobertura), os índios subiam a serra do Comunaty para buscarem a palha (matéria prima necessária para a renovação das casas). Cada índio responsável por uma família subia a serra e trazia a quantidade necessária para refazer a casa da sua família, e assim saíam em mutirões de homens para a serra. Foi assim que a minha bisavó me contou, porém contou mais, disse que na maioria das vezes as casas eram renovadas não por causa do desgaste devido ao tempo, mas sim, porque os “caçadores” de índios queimavam as suas casas. Quando isso acontecia, as famílias se espalhavam em distritos de cidades vizinhas a Águas Belas, distritos da cidade, ou até mesmo para outras cidades, mas sempre voltavam e refaziam a sua aldeia no mesmo lugar, até acontecer das suas casas serem queimadas novamente. Na época em que isso acontecia, a minha bisavó ainda era uma criança, tanto que, o seu pai tinha que sair com ela nos braços nas suas fugas para outras cidades.

Numa dessas fugas, a família de José Veríssimo foi parar num lugar chamado Tanquinho, distrito de Águas Belas, divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas. Lá se estabeleceu na fazenda de um senhor onde ficou prestando serviços de agricultura nessa fazenda. Como ele era um homem bastante trabalhador, logo o dono da fazenda o deixou fazer o seu próprio roçado e com isso, ele cultivou: milho, feijão, batata, abóbora, fumo, algodão, entre outras culturas. Por ser um líder dentro do povo Fulni-ô, que durante esse período era pouca a sua população, a sua casa sempre recebia visitas de outros índios que se encontravam de forma espalhada pela região. Essas visitas recebidas eram de suma importância para manter a unidade do povo, mesmo que ainda espalhados. Os seus visitantes, tanto traziam notícias de como se encontravam as demais famílias, como também levavam até elas os pedidos feitos pelo seu líder, José Veríssimo. Uma rede de comunicação se formava através das visitas recebidas, até o dia em que se juntavam e “levantavam” a aldeia novamente e todas as famílias Fulni-ô tornavam a estar juntas no mesmo espaço físico.

Maria das Dores, a sua esposa, era a responsável principal pela educação das crianças, tarefa comum entre as mulheres da comunidade. Por isso, quando ele tirava o seu cochilo à tarde, ela tirava as crianças de perto para não o acordarem. Assim que acordava, voltava às suas tarefas no roçado e quando chegava em casa, ajudava a sua mulher com os afazeres da janta. Numa determinada tarde, como de costume, depois do almoço, José Veríssimo foi tirar o seu cochilo, Maria das Dores pegou as crianças e as levou para distante da rede do marido para que ele pudesse dormir um pouco. Até então, nada que saísse do costume ou da rotina da família. Quando José acordou, procurou a sua esposa e os seus filhos nos arredores da sua pequena casa e quando os encontrou, pediu à Maria arrumar as coisas (bagagens) e as crianças que eles iriam partir. Foi até o roçado e saiu colhendo milho e feijão, mandioca, batata, fumo, algodão, tudo aquilo que ele podia carregar. Foi até o senhor dono da fazenda e comunicou-lhe da sua partida. Este insistiu que ele ficasse mais um pouco, que viajasse depois de dois dias, ou então no dia seguinte, mas José estava decidido a partir naquela mesma tarde. Voltando para casa, encontra Maria com tudo arrumado, mas essa fazendo-lhe um pedido para que partissem no dia seguinte, ele então disse-lhe que deveriam partir ainda naquele mesmo dia. Pegou dois burros que o dono da fazenda lhe emprestara e os carregou com tudo o que era possível para a sua viagem. A família de José Veríssimo, jamais voltaria àquela fazenda na condição de refugiados expulsos do seu território. Enquanto caminhava, contou à sua esposa que estavam voltando para a sua casa, estariam indo para um lugar que jamais os brancos iriam expulsá-los novamente, lugar onde o seu povo poderia viver com tranquilidade daquele dia em diante: estariam indo para o “Alto do Sonhim”.



Contou-lhe que naquela tarde tivera um sonho e no seu sonho ele viu o lugar onde deveria ser levantada a nova aldeia. Chegaram ao Alto do Sonhim já anoitecendo. Então, Maria das Dores foi fazer um fogo e preparar alguma coisa para comerem, enquanto José Veríssimo ficou organizando as redes para dormirem. Fixaram-se naquela noite embaixo de um juazeiro, onde comeram e dormiram. No dia seguinte, o então líder José avisou para a sua esposa que iria avisar aos outros onde estavam se fixando e os chamaria para virem se juntar à sua família. Assim, uns foram avisando aos outros, caminhando desde distritos da cidade de Águas Belas, até cidades vizinhas e outros distritos. Em dois dias toda a população de Fulni-ô

se encontrava no Alto do Sonhim. O seu líder, então, reuniu alguns homens e foram à serra buscar as palhas para fazerem as suas casas e, em menos de uma semana, todas as famílias já estavam com as suas casas e o padrão de comunidade Fulni-ô formado novamente. Todo dia era uma festa na aldeia, agradecendo o lugar e a tranquilidade que ali reinava; os roçados e as plantações, as caças e os peixes pescados, tudo era motivo de agradecimento na nova morada, na iati-lhá.

Passados alguns anos desde a instalação da aldeia no Alto Sonhim, eis que José Veríssimo chama Maria das Dores e a avisa que em breve ele a deixaria, iria se juntar aos seus antepassados. Ela não se conteve e as lágrimas molharam o seu rosto numa demonstração da dor que aquele aviso lhe causara. Começou-o a interrogá-lo com vários “porquês” sem muito êxito para as respostas que esperava. Não fazia tanto tempo que haviam se fixado no lugar em que ele sonhou onde deveriam se estabelecer. Ele, como sempre muito sereno, usou da sua tranquilidade para acalmar a sua companheira, ao mesmo tempo em que lhe dizia que agora eles teriam um lugar onde branco nenhum jamais os expulsaria. Ele, na sua condição de líder conduziu o seu povo com sabedoria e confiança no seu sonho, confiança retribuída pelo seu povo para segui-lo de volta para casa, para sempre. Maria das Dores, assim que terminou a conversa com o seu marido, saiu nas outras casas da comunidade avisando ao povo sobre a conversa que tinha acabado de ter com o seu esposo e os seus dizeres. As outras famílias então começaram a visitar José Veríssimo levando presentes para ele como forma de agradecimento ao grande líder ao mesmo tempo em que choravam a ideia da sua partida e uma forte comoção tomou conta do meu povo. Passaram poucos dias pós o prenúncio da partida de José Veríssimo e este, então, fez a sua passagem entre o mundo material para o mundo espiritual, foi embora juntar-se aos seus ancestrais, ao seu pai, à sua mãe, e aos seus irmãos, amigos que não estavam mais no mundo material, faziam parte de outra ordem universal, ordem esta, que José Veríssimo agora pertencia. Feliz por ter completado o seu ciclo no mundo material e ter feito a sua passagem entres os mundos. Sabia que o seu povo estaria agora num lugar onde homem branco nenhum se voltaria contra o seu povo tornando a expulsá-los da sua aldeia e queimando as suas casas.

Maike Wítxô Fulni-ô
maiketorres10@hotmail.com

TUPINAMBÁ

UMA MEMÓRIA DE LUTAS

O índio Marcelino é a nossa grande referência para continuar nossa luta pela devolução do nosso território. A luta de Marcelino evitou maior ocupação fundiária até ao final da década de 1930. Ele é para nós um herói, um verdadeiro guerreiro da defesa de nosso povo.

O abuso do coronelismo e do projeto autoritário da ditadura de Getúlio Vargas marcou, efetivamente, as décadas de 1930-1940. Nossa Aldeia Mãe passou a ser controlada pelos coronéis da região, os quais implementaram leis para afastar os índios da vila. A partir de 1945, houve muita multiplicação de fazendas; é só verificar no cartório de Olivença os documentos existentes por lá. O pior é que essa invasão não parava de crescer, e a conquista quase toda do território realizou-se nas décadas de 1960-1970. A partir dos meados de 64, a situação ficou ainda mais clara já que o decreto obrigava que existisse uma dimensão de, pelo menos, a metade entre a área cultivada e a área baldia na venda de terras devolutas.

A "conquista do território de Olivença pelos brancos" foi complementada pela colonização fundiária da mata, envolvendo todo o território da costa até a região das serras. Para nós Tupinambá, o território foi ficando cada vez menor, o que impediu que seguissemos o modo tradicional de ocupação das terras, que era mudar de local a cada duas gerações.

Ainda recentemente, a luta do povo Tupinambá continua a enfrentar grandes conflitos. Segundo seu Alício Amaral, um dos anciões e também nosso primo, meu avô tinha um pedaço de terra do outro lado onde ele mora, e essa terra não tinha cerca. Passados alguns anos, meus avós foram morar na comunidade do Santana. Ele conta que aquela terra foi invadida e perdida. Na comunidade do Santana vivia toda a família dos meus avós e seus irmãos. Meu pai tinha a parte de terra dele junto com minha mãe onde cultivava mandioca, cacau, seringa e verduras. Durante muito tempo, meus pais viveram nessa comunidade e mais tarde, devido a problemas

familiares, meu pai e minha mãe saíram da aldeia e foram morar na cidade. Mesmo morando na cidade, nossa principal base de alimentação era pesca e caça. Por algum tempo não visitamos nossas terras na comunidade e quando procuramos saber, nos disseram que nossa terra já tinha dono e estava cercada. Até hoje, essas terras não estão conosco.

Desde antigamente, a resistência dos Tupinambás se fazia sentir também de formas menos visíveis, fato que dificultou a colonização de algumas áreas por não índios. Nossas lutas visíveis e invisíveis vêm permanecendo até os dias de hoje!

Essa memória de luta dos nossos antepassados é que nos faz cada vez mais lutar por nossos direitos. Nosso direito é justo. Não demos e nem vendemos nossa terra. Ela foi invadida e tomada. Isso aconteceu não somente com minha família, mas existem outros casos iguais a esse. Pensando nisso, nós, povo Tupinambá de Olivença, viemos nos organizar para buscar os direitos garantidos na constituição. Resolvemos voltar para a nossa comunidade através de retomadas, que são formas de protesto para que o governo demarque nosso território. Por enquanto, estamos retomando somente as terras improdutivas, onde os fazendeiros abandonaram as terras por causa da decadência do cacau. Nossa luta hoje é que todo território Tupinambá seja demarcado imediatamente pelo governo, pois só assim, todos poderemos viver em paz, tanto os indígenas, quanto os pequenos agricultores.

Basta de massacre e violência contra os povos indígenas! Quantos Marcelinos? Quantos Chicões? Quantos Galdinos e outras lideranças ainda têm que morrer para que este Brasil possa demarcar as terras indígenas?



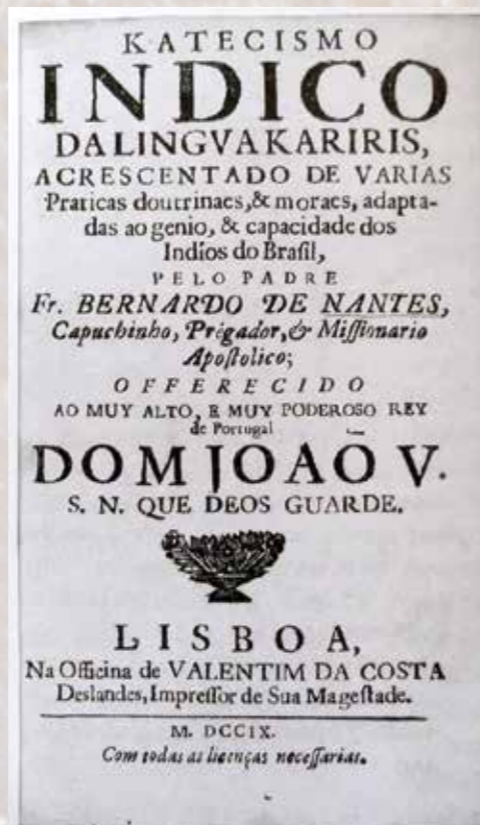
Admilson Silva Amaral (Katu Tupinambá)
katutupinamba@hotmail.com

RAPADURA VERMELHA

Somos índios evoluídos sim. Estamos aqui há muito tempo antes de Colombo chegar na América. E como todos os povos, desde o início de nossa civilização, vivemos evoluindo. Com a invasão, fomos forçados a um grande processo evolutivo cheio de sofrimentos. No Nordeste temos 500 anos de resistência e ainda contamos nossa história.

Foram feitos aldeamentos para diminuir nossos territórios, foram implantados colégios jesuíticos para tirar nossa língua, para impor uma religião, mudando nossa estrutura sociocultural. Se nossas casas estavam dispostas em círculos, impuseram as linhas retas. Se vivíamos em uma grande maloca coletiva, os padres botaram um casal por casa. O índio cuidava de sua subsistência e foi forçado a trabalhar para a Igreja, para a acumulação de bens. Quando o índio precisava de algum produto ia na floresta e colhia, depois foi obrigado à força, a ir além de seu limite físico e muitos morreram carregando bens para outros, tirando além do certo. O novo sistema trouxe a devastação da Natureza e a extinção de etnias, de animais e de vegetais.

Uma comunidade indígena expressava sua potencialidade quando tinha mais de 300 pessoas, cada indivíduo com sua função social no coletivo e, quando os invasores exterminavam noventa por cento da população de uma etnia, os trinta indígenas sobreviventes não podiam mais expressar a sabedoria dessa cultura, ficando desestruturados. Daí a estratégia do invasor era juntar em um espaço só trinta sobreviventes de uma etnia, com vinte de outra e dez de outra, confinados a um lugar só, criando uma nova confusão, homogêneos através da imposição do uso da língua portuguesa, suprimindo todas as religiões. Os indígenas ou morriam na luta ou morriam lentamente na ditadura do aldeamento, morrendo culturalmente.



Um amigo Kiriri me ensinou assim: A partir da colonização, nós indígenas não mais vivemos mas SOBREVIVEMOS. O índio que vive está em harmonia com a Natureza. Mas hoje, nós só sobrevivemos; temos pouca terra; o sistema nos incomoda; continuam tirando nossas terras, nossa educação tradicional, nossa religião. Índio e Terra são indivisíveis. Terra é Mãe, é Avó, é família, é tudo. Tudo isso está vivo. Temos nossa memória viva. A terra também tem sua memória. Na terra está registrado tudo. Se escavar vai encontrar ponta de espadas por cima da ponta da flecha, cacos de barro de nossos antepassados, urnas funerárias de cerâmica quebradas e as moedas do invasor.

Nós indígenas passamos todas as fases do Brasil; desde antes dos espelinhos e da tinta vermelha... Foram muitas as estratégias para nós indígenas deixarmos de ser nós mesmos e funcionarmos como uma peça do capitalismo. A educação foi e é usada para isso.

Nos primeiros tempos da colonização foram colocados os povos diferentes, de culturas e línguas diferentes. Cada povo tinha sua educação originária de caráter natural. Essa educação era um sistema adaptativo; adaptado à Natureza. Os indígenas viviam sempre em harmonia com a Natureza; em sintonia com a Mãe Terra, até os colonizadores instalarem um novo sistema. Tiraram os caciques e colocaram os capitães-mor; tiraram os Pajés e botaram os padres. Fizeram o plano para a retirada dos conhecimentos dos povos e implantar uma nova mentalidade: a da produção capitalista. Primeiro, destruíram a mata atlântica para vender a tinta vermelha na Europa; depois, colocaram a cana de açúcar para produzir açúcar para Europa. Substituíram a mata por cana e botaram índios como escravos. A essa fase do Brasil eu chamo de Memória da Rapadura; que veio logo depois da Memória das miçangas e antes da memória das pedras brilhantes.

NA CANOA DA UNIÃO

O movimento indígena é como uma canoa. Uma canoa com muita gente não pode ser dominada só por uma pessoa com uma vara. Nós que somos lideranças precisamos ter muita cautela, muitos cuidados, muita sabedoria. A gente não pode se vender. Temos que respeitar os direitos das crianças e dos velhos que, às vezes, podem não saber discernir o bem do mal. Temos que ter essa compreensão. Eu mesmo preferi sofrer com meu povo do que me vender. Eu não quis receber recompensas que não levam a nada, preferi sempre ficar do lado do povo, no meio do povo.

Tenho visto coordenadores de alguns movimentos se deixarem levar pelo esquecimento; como foi no ano 2000, que aconteceu aquela estratégia do governo ser contra os indígenas, e com repressão policial, com bombas e também com prêmios, conseguiram que a gente não mostrasse para a sociedade o massacre que há anos estávamos padecendo. Muitos coordenadores de movimentos têm esquecido dos nossos direitos e da opressão que vivemos; e isso precisa ser sempre lembrado, para a gente aprender a lição.

Naqueles dias de abril de 2000 foi o mesmo jogo de sempre, o mesmo que se arrasta desde a colonização. O governo deu presentes, ofertou empregos, da mesma forma que fazia o SPI – Serviço de Proteção ao Índio – o governo pegava o cacique e o colocava de capitão, dava uma patente, dava um fardamento e algumas vantagens, até salário, e assim o índio ficava do lado do governo... Nos 500 anos não foi diferente, o governo manipulou caciques... Também botou 60 indígenas como guardas, com *walkie talkie*, e assim o governo ouviu tudo o que a gente discutiu... e ofertou cargos, carros... E pagando apagou nosso movimento. Também com cacetetes na mão, reprimiu o Movimento Indígena, Negro, Sem Terra, Quilombola, as entidades de apoio e autoridades de defesa dos índios de todo Brasil.

Um jovem indígena de 14 anos não era nascido naquela época do massacre do ano 2000 em Porto Seguro, mas ele precisa saber o que aconteceu. Temos que refletir e temos que transmitir a mensagem para os jovens crescerem sabendo a verdade e, assim, escolherem o caminho do que é bom pra o povo. Trabalho há muitos anos formando lideranças para que tenham respeito aos direitos do povo. Nós indígenas vivemos em um contexto de guerra e para ter nossos direitos, nossa liberdade, nossa autonomia, somos obrigados a lutar.

Trabalho desde 1977 no meio do meu povo com o pensamento de conscientização sobre nossos direitos e na formação política do povo Indígena.

Tenho feito parte do Movimento Indígena (da APOINME, da Frente de Resistência) e visto que precisamos fortalecer nosso movimento e nos organizar melhor. Para uma batalha a gente precisa estar preparado. Uma batalha não se faz sozinho. Precisamos de muitos companheiros. Precisamos fortalecer nossas ideias, unir nossos pensamentos. Precisamos também parceiros.

Estou feliz porque estou vendo centenas de jovens do meu povo remando bem, conscientes de seus direitos, remando contracorrente do sistema, contra a corrupção... é gratificante saber que contribuí com o rumo certo de nossa canoa!



No nosso caso da luta Pataxó, independentemente da tristeza de ter alguns companheiros comprados, com outros demos continuidade à luta que nossos antepassados tinham iniciado há vários séculos, garantindo autonomia do nosso espaço territorial Indígena, e com esforço conseguimos muitas vitórias criando aldeias como: Pé do Monte; Nova do Monte Pascoal; Guaxuma; Corumbauzinho; Craveiro; Ribeirão; Cacia; Bugigão; Cahí; Pequí; Alegria Nova; Tíá; Tauá; Monte Dourado; Gurita; Canto da Mata - Prado

Xarruigora - Joel Braz Pataxó (BA)
jbraz247@gmail.com



TUPÃ É POR NÓS!

Todo esse século XX foi de maiores dificuldades para o povo Karapotó. Em 1990 parte desse povo reuniu-se e resolveu fazer a retomada da Fazenda Coqueiro.

Em março do mesmo ano já com a retomada feita, todas as famílias em suas malocas de palha, capins ou lonas, foram surpresas por um incêndio que queimou mais da metade das malocas. Graças ao nosso Deus Tupã não houve vítimas.

Até hoje, não sabemos como aconteceu esse incêndio. Sabemos, sim, que em volta de nossas malocas tinha muitos posseiros cheios de maldade, armados até os dentes e queriam acabar com nós.

No final de abril, com a seca, não tinha mais água nas barreiras para nada. Só um fazendeiro distante tinha uma barragem com água, mas ele não queria que ninguém passasse a cerca dele. Mesmo assim, os índios iam na madrugada pegar água sem que ele percebesse.

Foi quando houve uma grande tempestade com raios, trovões e chuva que, mais uma vez, destruía nossas malocas, mas acabou com a nossa sede porque Deus Tupã é por nós!

Jendson Karapotó Plaki-ô



MEMÓRIAS QUE EDUCAM


Eu sou Elisa Urbano Ramos, uma Pankararu de origem, professora de profissão, condição que no início da minha carreira me conduziu a participar do movimento indígena. E, naquele momento, a discussão seria sobre questões de educação escolar indígena.

Então, ao contribuir com a construção deste livro sobre memória do movimento indígena do Nordeste, quero trazer as minhas lembranças de participações em momentos importantes dentro do movimento indígena, especialmente em Pernambuco, mas conjuntamente com lideranças de outros estados.

Nesse sentido, quero principalmente dizer que nas questões indígenas, uma luta nunca está isolada das outras. Ou seja, a luta principal sempre será a terra, pois sem terra não há saúde, educação, nem tão pouco sustentabilidade. Portanto, todas as ações do movimento indígena são articuladas e colaborativas.

É nesse contexto que fecho os olhos e volto no tempo. É preciso transportar meus pensamentos para a velha aldeia nos anos 1990. Não há como contar parte dessa história sem fazer esse exercício de comparação ou trajetória daquele momento até o cenário atual.

Logo que assumi uma sala de aula em 1994, participei de um encontro estadual de professores indígenas e lá sempre estavam as lideranças, que naquela época mesmo sem haver definições legais sobre uma educação escolar específica e diferenciada, já nos diziam qual a educação que queríamos.



Então, vou falar do princípio da organização dos professores e professoras indígenas em Pernambuco conjuntamente com suas lideranças até chegar ao contexto de criação e importância atual da COPIPE (Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco) hoje, bem como a sua missão juntos aos Povos Indígenas de Pernambuco.

Ao fazer uma viagem por um contexto histórico, se faz necessário voltar ao passado das escolas localizadas no interior das aldeias. Vamos fazer referência desde as escolas que foram FUNAI até sua passagem para os municípios. Então, o que podemos dizer da época da FUNAI? Escolas em terras indígenas, mas não escolas indígenas.

Em relação ao município, a coisa era mais complicada, pois além de termos uma escola chamada de “rural”, ainda tinha o tratamento desqualificado que também historicamente essa categoria de escolas sempre passou.

Com a administração das escolas pelo município, em especial na década de 1990, quando por ocasião havia encontro entre os/as indígenas professores/as, era momento de lamentações. Pois éramos perseguidos, ameaçados, na maioria das vezes por conta da terra, uma vez que esses políticos eram posseiros, fazendeiros, portanto inimigos dos indígenas.

Em 1999 aconteceu o que podemos chamar de um “divisor de águas”: a Resolução CEB nº 03 de 10 de novembro de 1999 que “Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências”. Pois no dia 20 do mesmo mês aconteceu o que chamamos do I Encontro da COPIPE, na Aldeia Pé de Serra do Território Xukuru. Já, naquela ocasião, os Povos participaram do evento se responsabilizando de suas vindas, algo fantástico que caracteriza os encontros até hoje, que é o fato dessas assembleias juntarem mais de 1.000 pessoas e serem bancadas exclusivamente pelos próprios povos.

Naquele encontro, um dos encaminhamentos foi tirar uma comissão representativa. Então, no dia 06 de janeiro de 2000 em uma reunião na Aldeia Pedra D’água, Território Xukuru, aconteceu o que chamamos de formatação da COPIPE, pois sua missão e objetivos foram definidos, inclusive, a formação que seria dois/duas professores/as e lideranças de cada povo, algo que permanece até os dias atuais.

Em meio ao coletivo de problemáticas, uma era a mais importante: uma escola que refletisse a educação indígena dos nossos povos. E a Resolução apontava para esse encaminhamento, uma vez que estava posta a proposta de estadualização das escolas. E durante três anos travamos essa luta, sempre a partir de encontros e reuniões de professores/as e lideranças. E nesse sentido, a COPIPE era esta representação e coordenadora do debate.

Podemos dizer que, em parte, conquistamos, pois estamos ligados unicamente a uma instituição governamental e não a várias prefeituras, situação que tirava a autonomia da organização social dos nossos povos.

Na conjuntura da estadualização houve muitas mudanças, no entanto, diversos elementos precisam ser ajustados, como por exemplo, o concurso público e a criação da categoria professor/a indígena.

A COPIPE é uma organização indígena, que tem uma importância e responsabilidade de busca de direitos, enquanto instituição representativa e parte do movimento indígena nesse país. E só há luta por direitos, quando houver direitos negados.

Para a luta ser digna é necessário o fortalecimento, que requer a todos/as indígenas conhecer a história e participar da história. E esse dever de socialização cabe à COPIPE.

Ao tratarmos da história do movimento indígena a partir de nossas memórias, podemos focar com muita nitidez a força e a coragem com que muitas lideranças lutaram. Muitas tombaram durante a luta, mas deixaram seus ensinamentos vivos.

Nessa minha fala, trago com bastante ênfase as questões da educação escolar, mas é para ilustrar que as várias pautas das organizações indígenas estão entrelaçadas. Do grande movimento surgiram várias organizações que pautam questões mais específicas, como por exemplo: as organizações de mulheres indígenas, de jovens, os Conselhos das mais diversas naturezas, como saúde, educação, de lideranças etc.

Então, se a nossa memória contribui para o futuro, posso dizer que a missão do movimento indígena e suas organizações é zelar pelo grande sonho: o projeto societário.

O DIREITO DA TERRA

Até hoje, estamos esperando que a justiça se mova, que o relatório saia. Descobrimos que o pessoal está planejando criar uma lei para que não existam terras indígenas. Com essa lei, a terra que foi demarcada pode ser diminuída e a que está para ser demarcada não será. Eles falam que nós índios somos preguiçosos e para que nós queremos terra, se nós não trabalhamos em cima dela? Nós temos nosso direito à terra e nós queremos nossa terra para viver de nosso jeito, para criarmos os nossos filhos e netos, tataranetos, de nosso jeito.

Como é que a gente vive em cima de uma terra sem trabalhar? Se nosso território bom está na mão dos fazendeiros e nós estamos só com a mussununga, onde só dá aroeira e cansação. Na mussununga não dá mandioca, nem feijão, nem milho, nem banana e é por isso que nós estamos brigando. Nós queremos que o governo libere e entregue o que é nosso nas nossas mãos porque nós temos precisão do nosso espaço para trabalhar.

Com esse processo muitos índios estão sendo mortos ou aleijados, por causa da violência dos fazendeiros que botam pistoleiros para perturbar o índio. Esses pistoleiros assassinam nossas lideranças. A Polícia Federal e Militar também está perturbando nós indígenas porque não está deixando nós indígenas caminhar para conquistar os nossos direitos. Antes, a polícia era para defender nós índios, hoje não está mais fazendo justiça, ela está fazendo o bolso do fazendeiro.

A polícia federal está do lado do fazendeiro porque ele tem dinheiro. Nós como não temos, eles processam a gente, perseguem nós para não fazermos retomadas e quando fazemos, eles vêm para nos retirar de baixo de tapa, de bala de borracha ou até bala de verdade mesmo. Como tem acontecido aqui dentro conosco em nossa aldeia, foi muita coisa difícil para nós estarmos no movimento indígena, respondendo processos. Hoje, nossas vidas estão derrubadas por conta da luta da terra e não é por causa disso que não estaremos dispostos a ir à luta, até porque só com a luta teremos a nossas terras de volta em nossas mãos. Não podemos ficar esperando pela FUNAI ou outros, temos que pedir forças à Tupã e ir à luta, colocar o pé na frente para caminhar, colocar a mão na borduna e nos arcos para a gente chegar ao ponto de receber nossa terra.

A terra é indígena, nós somos indígenas, nós somos donos do Brasil. Pedro Álvares Cabral quando chegou aqui, descobriu os índios. Não somos invasores, somos donos de nossas terras, nós somos natural daqui. Eu mesma, sou natural de Barra Velha, meus pais, minha mãe, meus avós, somos todos daqui de Barra Velha. Todos os meus parentes moram aqui. Meu tronco é daqui de dentro de Barra Velha.

Xahey - Marlene Pataxó (BA)



MEMÓRIAS NÃO SE QUEIMAM!

No ano de 1500
foi que tudo aconteceu
chamaram de descoberta
a invasão que se deu.

Aqui só habitavam índios
Por todo canto que há
O nome não era índio
Foi nome a se criar

O Brasil ganhou esse nome
Só por causa de um pau
Eu prefiro pindorama
Um nome mais natural

O Brasil foi dividido
Como uma pizza igual
Um pedaço pra cada um
Fazer dela um curral

Passaram a viver os índios
Em vilas longe da vida natural
Tratados como selvagens
Como se fosse animal

A carta régia foi feita
aí ficou desgraçado
O índio não tinha culpa
Mas era sempre culpado.

Mesmo na atualidade
Estamos sendo massacrados
Nos sete estados do nordeste
Nós somos desrespeitados

No ano de 97
Veja o que aconteceu
O nosso parente Galdino
De forma triste morreu

Na cidade de Brasília
Mataram um Pataxó
Botaram fogo em Galdino
Deixando a família só

Era um índio da Bahia
Que nunca fez o mal
Podemos questionar
Quem é mesmo o animal?

Desde a colonização
O índio é o animal
Quem bota fogo em
alguém
É chamado racional...

Galdino, lembro aqui do seu nome verdadeiro
Era um índio nordestino, sério, humilde e guerreiro
Seu nome pra sempre será lembrado
No nosso chão Brasileiro.

Essa homenagem é a você e ao seu povo também
Que continuam na luta não importa o que vem
Somos povos brasileiros e nordestinos também
E não vamos parar por "brincadeira" de ninguém.

REGINALDO KANINDÉ
Aldeia Fernandes (CE)
reginaldokaninde@hotmail.com

Galdino Jesus dos Santos (Bahia, 1952 – Brasília, 20 de abril de 1997) foi um líder indígena brasileiro da etnia Pataxó-Hã-Hã-Hãe que foi queimado vivo enquanto dormia em um abrigo de um ponto de ônibus em Brasília, após participar de manifestações do Dia do Índio, em um crime que chocou o Brasil. O crime foi praticado por cinco jovens daquela cidade.

FAÇAMOS DAS NOSSAS (R)EXISTÊNCIAS INDÍGENAS COTIDIANAS ATUAIS AS MUITAS RESISTÊNCIAS INDÍGENAS ANCESTRAIS

Olá meu nome é Marleide, sou indígena do povo Quixelô da grande nação Cariri. Vivo atualmente no interior do território Kaingang onde, hoje, chamam, estado de São Paulo. Leciono sociologia numa escola pública da região e gosto de produzir músicas e poesias para não esquecer as nossas ancestralidades mesmo vivendo distante do nosso território de origem. Vou descrever resumidamente a história de meu povo.

O povo indígena Quixelô é originário do sertão centro-sul de onde hoje denominam Ceará. Dos 42 povos indígenas dessa região apenas quatorze tem reconhecimento étnico pelos órgãos indigenistas: Anacés, Gaviões, Pitaguaris, Jenipapos, Kanindés, Kariris, Potiguaras, Tapebas, Tremembés, Tupinambás, Tabajaras, Tupiba- Tapuia, Tapuia-Kariri e Kalabaças.

Os órgãos oficiais ignoram a existência dos demais povos, mas SIM, (R)EXISTIMOS! Junto com o meu povo Quixelô, temos os parentes: Jucás, Pacajus, Rerius, Baturités, Icós, Xokós, Inhamuns, Quixarás, Quixerés, Cariús, Arariús, Juremas, Cambidas, Apuiarés, Chorós, Quesitos, Javós, Kixáriús, Akarisús, Tocarijús, Jaguaribaras e outros tantos mais por se conhecer e aprofundar nas pesquisas étnicas dessa região.

O meu povo começou a sofrer com a retirada das nossas terras ancestrais em 1700 com a distribuição de terras para os povos colonizadores. Resistimos junto com outros povos indígenas na chamada “Guerra dos Bárbaros” como ficou conhecida a maior resistência dos povos indígenas do nordeste.

Dando continuidades aos projetos colonialistas, em 1850 foi decretada a “Lei de Terras” na qual vários povos indígenas foram desconsiderados em suas histórias milenares ficando as nossas terras ancestrais como terras devolutas para serem distribuídas aos colonos.

Além disso, retiraram (e retiram até hoje) as nossas origens étnicas e espiritualidades dando-nos nomes cristãos para apagar mais ainda as nossas origens empurrando-nos codinomes de caboclos, nordestinos, camponeses, sem-terras, etc.

As (re)colonizações prosseguem nos dias atuais com as famílias de colonizadores em nossa região, que tomam as melhores terras e somos obrigadas(os) a sair para outras regiões em busca de oportunidades de subsistência dentro e fora do nordeste, tendo que esconder as nossas origens em diversas cidades.

Minha mãe migrou da nossa terra indígena Quixelô para o Sudeste em 1974. Minha mãe é indígena Quixelô misturada com povos negros. Meu pai é branco (in memoriam). Somos “indígenas misturados” e sem terra. Como nós, existem vários indígenas nessas condições nas periferias e favelas de muitas cidades brasileiras.

Nascemos numa favela na capital de São Paulo e passamos por longos processos de separação, confinamento, desindigenização e apagamento de nossas origens em internatos. Muitos indígenas passam por esses processos perversos. O que implica em indigenidades tardias, ou seja, as pessoas só vão perceber (e se perceberem) depois de adultas a quais etnias/povos indígenas pertencem. Passam metade de suas vidas negando sua existência e presença nativa participando e produzindo nas cidades.

Ao percebermos a grande mentira com a qual crescemos, nós indígenas nos manifestamos de diferentes formas: lutando, estudando, trabalhando, poetizando, cantando, sonhando...

Hoje também as artes podem nos liberar da opressão que ainda sofremos, principalmente, por sermos indígenas “urbanos e misturados”.

Recebemos somente apoio assistencialista, pois a cidade nos vê como indigentes, usuários de drogas, em situações de rua, em internatos, etc. Mas todos esses processos também são de negação quanto às diversas etnias indígenas presentes nas cidades.

Todos os povos indígenas merecem reconhecimento, sejam eles misturados ou não, estejam eles em territórios ancestrais ou em territórios de outros povos indígenas, transfigurados tanto pela ação dos povos colonizadores quanto pela ação de outros povos indígenas colonizados.

Nossas múltiplas cidadanias indígenas e planetárias merecem reconhecimento como espaços vitais e não como museus de escanteios.

Podemos ver indígenas “desindigenizados” em todas as profissões mas principalmente nas mais subalternas como domésticas e catadores de lixo. Na classe média, como professores, enfermeiras, comerciantes... E em algumas exceções, como professores universitários, microempresários, etc. Às vezes, num mesmo povo indígena encontramos pessoas extremamente ricas e outras extremamente pobres.

Escrevemos aqui para lembrar que os povos indígenas têm direitos SIM aos seus territórios ancestrais, suas terras de origens mesmo distantes fisicamente. Também temos direitos aos territórios ancestrais transfigurados, as cidades. Somos cidadãos indígenas e não indigentes periferizados e silenciados como querem nos manter os projetos colonialistas atuais.

Todas as nossas indigenidades também são roubadas cotidianamente e somente o tempo poderá dizer se os povos indígenas adormecidos nas cidades escolherão lutar por seus respectivos povos ou não.



NÃO ÀS MIGALHAS! SIM À TERRA!

O que eu conheço a respeito da luta pelo território Pankararu, comecei junto com as lideranças João Monteiro da Luz, mais conhecido como João Binga, Miguel Monteiro dos Santos, mais conhecido como Miguel Binga, Quitéria Maria de Jesus, conhecida como Quitéria Binga (os três já falecidos), Ilda Bezerra Barros, conhecida como Dona Ilda, entre outros como, Abílio Pedro, Herculano, Agenor Julião, Ademar Barbosa, João Gouveia, Seu Honório, Zé de Bernarda... Fizemos muitas viagens à Recife e Brasília, a fim de regularizar a situação da nossa terra que, em parte, ainda se encontra em posse de não índios, nas aldeias de Bem Querer, Caldeirão e Caxeado.

Em toda essa caminhada, a reivindicação de todos sempre foi a desintrusão dos posseiros do território Pankararu. A questão saúde, educação e outras sempre foram lutas secundárias. Nos dias atuais, não vejo o mesmo empenho e preocupação dos representantes do nosso povo como se via há alguns anos. Sinto que essas lideranças mais antigas são pouco lembradas quando se faz uma comemoração na comunidade.

Em todos esses mais de 30 anos que acompanho o movimento indígena, o que fez a grande diferença na solução ou não dos problemas relacionados à terra foram os gestores responsáveis pela questão indígena. Alguns se empenhavam, mas dependiam de apoio dos dirigentes do órgão indigenista, cuja sede é em Brasília. Por diversas vezes, prometiam que iam resolver, mas quando as lideranças vinham embora, eram enganadas, pois as promessas não eram cumpridas. Ou, quando estavam encaminhadas as demandas, mudavam o gestor que estava nos apoiando e isso atrasava tudo que já havia sido conquistado através de muita luta.

De alguns anos para cá tem surgido muitas pessoas que se dizem indígenas, mas isso só vem ocorrendo depois que o Governo Federal favoreceu direito aos indígenas de ingressar na vida acadêmica concedendo bolsas e outros benefícios. A FUNAI, através de seus coordenadores, não tem critérios para afirmar se um determinado sujeito é ou não indígena. Muitos candidatos chegam com documentos assinados e dados por pessoas que se dizem lideranças, isso em alguns casos, não respeita a decisão das lideranças que, de fato, são tradicionais.

Existem várias informações de pessoas que já estão cursando o ensino superior, que entraram pelas cotas para índios com apoio de falsas lideranças e a FUNAI fez vista grossa em

relação a essa situação. Essas pessoas se dizem indígenas, mas não participam das nossas tradições, não conhecem nossos costumes e nem pisam na nossa aldeia. Estão apenas para tomar a vaga de quem, de fato, é Pankararu.

A FUNAI, enquanto órgão federal está muito desorganizada, onde os prestadores de serviço não são preparados para lidar com a causa e com as especificidades dos indígenas. É preciso que o órgão tenha um olhar mais focado na causa indígena, com Políticas Indigenistas que atendam aos anseios de nós, povos indígenas.

Com a reestruturação da FUNAI, houve muitas mudanças que prejudicaram as aldeias, onde nós tínhamos uma sede do Posto Indígena da FUNAI e este foi deslocado para as cidades fora da aldeia, com distância de até 100 km ou mais da comunidade. Isso dificultou o acesso e o atendimento das nossas necessidades. Se já não funcionavam bem dentro da comunidade, você imagina fora! Isso ainda gerou muitos custos e grande espera para aqueles que não têm condições financeiras de ir e vir na busca de documentos e apoio.

Sou sabedor que a questão do território de Pankararu vem desde a época dos meus bisavós, avós, pais e tios que já faleceram, e agora continua sendo uma luta da minha geração e de outras mais novas que também estão envolvidas, e até o momento, apesar de alguns avanços, ainda não foi concluída. E isso vai até quando? Eu acho que é falta de respeito com o povo indígena! E quando alguém quer fazer alguma coisa, sempre existe uma manipulação para as coisas não acontecerem.

Eu gostaria que os parentes refletissem mais em relação à questão indígena, se envolvessem mais, amadurecessem mais. Não vamos nos iludir com migalhas que são oferecidas para nós porque isso é uma forma de atrasar, de convencer a gente a não ir atrás de nossos direitos. Então, vamos pensar melhor antes de tomar qualquer atitude em qualquer situação. Vamos correr atrás do que é nosso, pensando nos nossos filhos, nossos netos, para deixarmos alguma coisa boa para eles!

João Manoel de Oliveira
Pankararu (PE)
joaopank@bol.com.br



AMOR SEM MATÉRIA

Quando estava com seis anos de idade, meu pai partiu do estado da Paraíba para São Paulo. Três meses depois minha mãe, meus dois irmãos e eu, saímos da Paraíba para encontrá-lo. Meu pai não é indígena, mas minha mãe sim. Como eles se conheceram? Ah, isso hoje eu já sei explicar.

Tudo está ligado a uma questão de movimento (situação) econômico que era bem comum no norte e nordeste do Brasil, que abrange indígena e não indígena. Esse movimento é o chamado: “emigração”. Movimento pelo qual os membros de uma determinada sociedade deixam sua região para viver em outra, em busca de prosperidade e muitas das vezes para fugir da fome. Mas como aqui o foco é falar sobre o movimento indígena do nordeste, voltemos à explicação que eu iria dar sobre, como meus pais se conheceram.

Minha mãe nasceu na aldeia Tracoeira, no dia 07 de janeiro de 1960. A aldeia Tracoeira está próxima à cidade de Baía da Traição, região norte do estado nordestino da Paraíba. Na época em que ela nasceu os indígenas da região mal sabiam o que era um hospital, então seu nascimento foi conduzido por uma parteira. Lembro-me de minha mãe relatando que quando os primeiros agentes da FUNAI apareceram por lá, para averiguar os surtos de malária, a maioria dos membros da comunidade se escondiam. Por vergonha? Ou seria medo? Afinal, eram pessoas estranhas. Bem, não sei qual era o motivo, só sei que se escondiam. Esses agentes eram conhecidos como: os Malária.

A região onde vivem os Potiguaras é prospera em alimentos que vêm da Mãe Terra. Meu avô sempre ia à cidade de Baía da Traição para levar frutas a alguns pescadores que eram amigos da família, e minha mãe o acompanhava. Em agradecimento pelas frutas os pescadores davam peixes do mar para eles levarem. Muitas famílias indígenas praticavam essa mesma ação, e algumas ainda praticam nos dias de hoje.

Conforme os dias, meses e anos foram passando, essa ação foi mudando. A valorização da troca por meio do dinheiro, ou seja, do sistema de venda e compra, foi ficando cada vez mais forte. Os objetos de consumo como: cosméticos, roupas, móveis e até eletrodomésticos, foram apresentados com todo seu encantamento para os indígenas. Além disso, o álcool, que trouxe e ainda traz muita desgraça para indígenas e não indígenas, também foi introduzido como “objeto de consumo”. Porém, para comprar esses objetos (ou “bens”) de consumo, era (e ainda é) necessário ter dinheiro. E a única forma dos indígenas conseguirem dinheiro, era saindo de suas aldeias e procurarem trabalho nas cidades vizinhas.

Dependendo da distância entre a aldeia e a cidade, os indígenas acabavam optando por morar na cidade e sempre que possível voltavam para a aldeia e reviam os parentes. Analisando esse contexto, presenciemos o movimento de emigração da aldeia para a cidade, o qual minha mãe faz parte. É claro que outros fatores como: maior acesso a hospitais, farmácias e escolas também fazem parte desse movimento, mas a saída da aldeia para a cidade, em busca dessas facilidades está totalmente ligada ao acesso aos bens de consumo por meio dos serviços oferecidos pelo sistema econômico capitalista.

Minha mãe saiu da aldeia Tracoeira e foi trabalhar na cidade de Mamanguape, na Paraíba. Numa lanchonete que pertencia ao seu tio Basto. Ela foi junto com sua irmã Eliete (minha tia). Para encurtar a história, nessa cidade ela conheceu primeiro a irmã gêmea do meu pai, Damiana. Em seguida o meu pai, Cosmo. Os dois começaram a namorar, juntaram os trapos, como diz o ditado, e tiveram três filhos. Eu sou o segundo.

Seguindo a lógica do movimento de emigração, vou resumir aqui como meu pai chegou à Mamanguape. Meu pai é pernambucano natural de Gameleira, nasceu no dia 15 de dezembro de 1965. Seu pai foi para Mamanguape quando ele ainda era criança e lá conseguiu se estabelecer.

Depois de casados e já com seus três filhos, meu pai resolveu ir para a cidade de São Paulo, a convite de um amigo. Dizia que iríamos morar lá apenas três anos. Hoje já se passaram mais de 20 e continuamos morando ali. Mas confesso que meus planos são de retornar à minha terra natal e viver com meus parentes na aldeia.

Vamos agora para o momento de reflexão. Essa foi à história do movimento indígena do nordeste a partir da emigração que eu vivi. Hoje sei que outros indígenas também viveram e vivem o movimento de emigração por falta de opção. Às vezes por faltar o alimento produzido pela Mãe Terra devido suas terras terem sido invadidas, ou por serem ameaçados de morte. Há inúmeros fatores que provocam a emigração forçada ou, aparentemente, voluntária dos indígenas. Digo aparentemente voluntária porque se tivéssemos condições de viver na aldeia de forma digna, sem exclusão social, com acesso à educação de qualidade, aos serviços de saúde e transporte, não deixaríamos o paraíso que é viver na nossa aldeia. Pertinho de quem nos sustenta, a nossa Mãe Terra.

A mídia diz que para ser feliz, basta você ter o carro do ano, uma mansão e ser conhecido pelo mundo inteiro. Se isso fosse verdade, não teríamos tantas celebridades se suicidando, se drogando e se prostituindo. A falsa felicidade está nos objetos e bens de consumo. A verdadeira está dentro de você! Ela é natural.

Alexsandro Cosmo Mesquita
alex.cmesquita@gmail.com

A CONQUISTA DA TERRA DA GIA

Nilton Kanindé
niltonkaninde@hotmail.com



A terra da Gia, como é conhecida tradicionalmente, é uma área de sobrevivência do povo Kanindé de Aratuba, Ceará, local de sobrevivência através da agricultura de subsistência e da caça. Lugar onde os nossos antepassados trabalhavam já há muitos anos, uma terra fértil e produtiva.

Mas existia um problema, os indígenas pagavam renda de sua própria terra. Diante desta situação, o povo se organizou para retomar a sagrada terra da Gia novamente. Começaram a plantar seus próprios roçados e deixaram de pagar renda ao

branco. No ano 1996 diante desta situação, os Kanindé tiveram um sério conflito por posse de sua terra com trabalhadores rurais de uma fazenda vizinha, conhecida como Fazenda Alegre, área de assentamento.

O conflito ocorreu porque um antigo dono dessa propriedade pastava seus rebanhos de gado nas terras da aldeia Fernandes e coletava rendas dos indígenas Kanindé. O caso tomou proporções inesperadas e os indígenas foram até ameaçados de mortes pelos moradores do assentamento. O povo se mobilizou e desceram a serra para uma reunião na Fazenda Alegre mas, ao chegar, foram logo barrados e não tiveram a oportunidade de falar nada. Diante disso, o povo começou a se mobilizar coletivamente, homens, mulheres e crianças, com reuniões nos próprios roçados e com trabalhos coletivos, uns brocando os roçados e outros estrategicamente observando um possível ataque dos assentados para não serem surpreendidos.

O povo Kanindé realmente fez um bom planejamento e um dos medos dos índios era falar em microfone, e na mata fizeram um treinamento com pedaços de paus como se fosse um microfone e cada índio falava seus argumentos para a reunião. A luta resolveu-se com a intervenção do INCRA, FUNAI, Igreja Católica, Associações Indigenistas (como a Associação Missão Tremembé – AMIT) e dos sindicatos de trabalhadores rurais de Aratuba e Canindé. Na reunião, a situação foi realmente de luta e resistência dos Kanindés, não abrindo mão da mãe terra.



Diante dos acordos, o povo Kanindé acabou cedendo 30 hectares de sua terra e dividiram nela uma reserva de 50 hectares para os animais viverem e eles os caçarem, para fins alimentícios.

Desde então, o caso vem se desenrolando na Justiça pois, mesmo com os limites acordados, não há uma demarcação definitiva que estabeleça limites precisos para a Terra Indígena Kanindé e a terra do Assentamento Alegre, o que ocasiona tensões recorrentes e a necessidade de vigilância constante sobre as “extremas”, hoje cercadas.

A terra da Gia é um símbolo de nossa resistência, pois tudo que temos hoje, uma educação de qualidade, uma saúde que atende os índios da aldeia e as assistências sociais foram conquistadas a partir da luta pelo nosso território, que consideramos como uma mãe para a nação Kanindé.

Trabalhamos com amor
Fortes, firmes de pé
Também mostraremos um pouco
da agricultura Kanindé.

Só falta se perder
No meio da plantação
Plantamos fava, feijão e milho
Pra nossa alimentação.

As crianças animadas
Com a colheita do feijão
Comendo milho e pamonha
Na maior animação
Todos com a barriga cheia
Encostados no fogão.

A velha panela de barro
Já no fogo a ferver
O milho em cima da brasa
Que dá gosto de se ver
O menino lambendo o beijo
Só esperando comer.

Antônio Nilton Kanindé



Antônio Nilton e Thayná Kanindé
Aratuba (CE)

PÉS DE CURUPIRA

Ademário Ribeiro (Payayá - BA)
ademarioribeiro@hotmail.com

Sempre minhas PensamentAções são redemoinhos e ressurgências. Forte é este sentimento que o associa aos pés de curupira: caminha para frente com os rastros voltados para trás, ou seja, onde engendrou um sempre ir e vir à gamela de sua origem.

Aprendi com meu pai sobre animais e brinquedos feitos com gravetos, frutos, folhas, talos, cabaças e espigas de milho. Com minha mãe muito ainda aprendo da sua herança indígena e de sertaneja. Por exemplo, entender o que nos alertam os pios da araponga ou do acauã ou do voo bandoleiro do gavião ou carcará ou o respeito de como lidar com as cobras. Fazer uma coivara. Cuidar das ramas, dos fios d'água e das histórias compartilhadas em nosso velho rancho ou terreiro.

Lembro-me que do que ouvia entre os mais velhos histórias sobre debandadas de conterrâneos que fugiam da seca ou atocaiados por situações adversas. Quando o Apolo 11 pousava na Lua em 20 de julho de 1969, como retirantes desembarcávamos em Salvador. Difícil adaptação a outro mundo: o centro urbano da capital baiana. Passei a experimentar as primeiras discriminações e hostilizações nas ruas e escolas. As finas divisórias entre realidade e o desnoriteio: o ser e estar moídos pelas diásporas: perda do pai, da terrinha, dos animais, sobrevivência cavoucada de meia, brinquedos do fundo de quintal, analfabetismo e ou baixa escolaridade dos irmãos, falta de recursos materiais, parentes e amigos deixados para trás.

Minha mãe é meu principal elo inspirador para que não esqueça minha origem, terra imemorial do nosso povo Payayá. Ela com enxada, foice, facão e saberes da terra soube encoivarar, adubar, plantar e arrancar o pão diário para a penca de oito filhos após a morte de meu pai em 1964. Hoje ela soma 98 aninhos.

Das leituras que faço aprendo e apreendo sobre os processos aos quais os povos indígenas foram submetidos e pesquiso temas como: colonialismo, aculturação, afirmação, reconhecimento, desigualdade, etnicidade, preconceito e alteridade - com foco em como é ser e se afirmar índio(a) hoje no Brasil. Tenho me expressado como um proscrito quando me sinto discriminado ao me afirmar um índio e Payayá destribalizado. Contudo, há um movimento de pessoas que vem se afirmando desse povo em alguns municípios baianos, onde, no passado, os Payayá eram senhores do lugar. Sob a liderança do cacique Juvenal Teodoro Payayá, há uma comunidade em

Cabeceiras do Rio, município de Utinga que se autorreconhece como tal. Para lá sou convidado como irmão. Outros Payayá se mobilizam nos municípios de Pojuca (Riacho das Pedras), Morro do Chapéu, Porto Seguro (Arraial da Ajuda) e em Salvador. Dessa forma, sinto que os pés de Curupira estão me trazendo de volta à minha origem indígena apesar das discriminações em ser e afirmar-se índio(a) no Brasil, prosseguirei.

Na Bahia como no Nordeste, os povos indígenas estão em suas mais diversas agências. Uns buscam reconhecimento de sua identidade ou de suas terras. Outros se mobilizam por educação e saúde. Ainda outros se posicionam contra a sistemática criminalização de suas lideranças. Todos juntos. Agências iguais e diferentes. Todos se solidarizam. Todos estão mobilizados para ser e estar neste Estado brasileiro em transe quando há uma sucessão de episódios de violação aos direitos humanos, invasão de terras, pistolagem e tentativas de surripiarem direitos consagrados na Constituição Federal de 1988. Haverão - mesmo de estarem alertas como tem acontecido na Bahia entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe – como também outras mobilizações a exemplo dos encontros interculturais ou interétnicos.

Os preconceitos herdados desde a colonização do país estão em todos os âmbitos, particularmente na educação cuja lógica precisa ser urgentemente descolonizada para que deixe de ser opressora e passe a ser estimuladora na construção de uma nova história e uma nova antropologia que reconhecem e valorizam os povos indígenas, suas afirmações de identidade, garantias de seus territórios, de suas histórias e culturas como sujeitos de direitos lutados e conquistados, enfaticamente, na Constituição Federal de 1988 e em uma série de outras legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a Lei 11.645/08 que obriga o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e dos povos indígenas.

Após 515 anos de extermínios, preconceitos, discriminações e a generalização do “índio” que permeiam o cotidiano brasileiro e fazemos nossas agências pelo sentimento de pertença indígena, valores, sabedorias, pela manutenção dos direitos conquistados, por uma educação diferenciada, bilíngue e descolonizada, assim, nos manteremos vigilantes como uma fêmea parida ante seus filhotes!

Que a Lei 11.645/08 seja adequadamente implementada a fim de que possa contribuir em progressiva reorientação ideológica do Estado brasileiro em relação à história e cultura dos povos indígenas para além da lógica eurocêntrica e colonialista. Esta emergência é nossa luta, fé e desafio.

Ademário, sua mãe Amélia e seu neto Arthur



EDUCAR COM NOSSOS VALORES

Quando nos expulsaram de nosso território eu fui obrigada a conviver com os não indígenas. Aproveitei esse tempo para me preparar. Em 1984 voltei em minha comunidade, meu sonho era trabalhar uma educação diferenciada junto com a comunidade. Trabalhei por muitos anos sendo a única professora da comunidade. Dei continuidade a uma luta árdua, mas porém muito prazerosa, por estar junto com meu povo lutando pelos nossos direitos: manter nossa cultura, costumes e tradições; retomar nosso território; nossa educação e nossa saúde.

E fui trabalhando com meu povo, mas por infeliz sorte, no ano de 2000 a escola deixou de ser administrada pela FUNAI e passou para o Estado. E hoje, eu sinto uma tristeza muito grande com muitos dos novos funcionários da nova escola, muitos foram meus alunos, eu os preparei para trabalhar com nosso povo, mas estão esquecendo um pouco e caminhando da maneira como o Estado quer. Acho que a gente indígena nunca pode deixar de lembrar que temos uma cultura diferente e que nossa educação tem que caminhar diferenciada. Nossos professores têm que se preparar como todo professor, mas lembrando que nossa escola é diferenciada, é uma escola especial para nossa nação continuar, para todo nosso povo ser feliz.

Nossos anciões Pataxó Hahãhãe estão preocupados com a educação que está caminhando dentro da nossa própria comunidade. Várias vezes, esses anciões me conversaram. A escola não ouve os anciões. Eu mesmo sou a primeira professora dessa comunidade, sou uma anciã e não sou ouvida dentro dessa escola. E, mesmo assim, continuo a me oferecer para trabalhar junto.

Eu fiz magistério indígena; temos uma dúzia de indígenas com magistério indígena e, hoje, com esse concurso que fizeram aí, professores foram tirados pelo Estado porque não se alcançou a meta que eles queriam. E assim, muito professor bom, professor que zelava pela nossa cultura, foi tirado. E muitos dos novos professores que o Estado emprega não estão bem preparados para a educação diferenciada. O Estado não está respeitando nosso povo e alguns desses professores novos estão seguindo cegamente as diretrizes do Estado prejudicando nosso povo.

O concurso que houve não avaliou nada do diferenciado, não respeitou nem o tempo de trabalho que esses professores tinham dentro da comunidade com o seu povo. Hoje está atuando até professor não índio dentro da nossa comunidade. O Estado diz que nós indígenas não somos competentes para sermos diretores dentro de nossa própria comunidade. O Estado nem sequer tem procurado ir e ter reunião com as lideranças, perguntar para as lideranças o que eles estão achando, o que eles querem. Nós queremos educar com nossos valores.

Na minha época de trabalho dentro da minha comunidade, qualquer tipo de brincadeira que eu fazia, todo mundo ganhava. Quando alguém dizia “- Eu ganhei!”, eu dizia “- Nós ganhamos!”. Hoje, eu vejo que uns querem competir porque fulano de tal vai perder e fulano de tal vai ganhar. Aquele que está ganhando está criticando o que não ganhou. Essa educação traz desunião para nosso povo. Educação diferenciada é transmitir os bons valores que nós temos tradicionalmente.

Nos últimos quatro meses de 2014 nossas crianças ficaram sem merenda; só por não ter alguém disponível para assinar um documento. Daí, o cacique Nailton foi à Salvador e disse para eles que não era justo os nossos alunos passarem essa necessidade, essa humilhação, por causa do Estado achar que o índio não teria competência; que a falta de diálogo e a burocracia apontavam a incompetência do Estado. Nós, anciões e lideranças estamos aqui querendo trabalhar junto, esperemos que neste 2015 as coisas melhorem mesmo!

Mayá Pataxó Hãhãhãe (BA)



Mayá vem colaborado na produção de material diferenciado. Na foto, ela com os exemplares 21 e 22 da coleção ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS. Ela leva livros para a escola de sua comunidade e promove rodas de leitura e diálogos.